



PROGRAMA DE DISCIPLINA		
Curso: Mestrado Profissional em Educação Escolar – PPGEEProf/UNIR		
Disciplina: Inclusão Social e Educação Especial		
Semestre: 2	Carga Horária: 40h	Créditos: 02
Linha de Pesquisa: Práticas pedagógicas, inovações curriculares e tecnológicas.		
Característica: () Obrigatória (X) Optativa		
Docente: Dra. Marlene Rodrigues		
EMENTA		
<p>Os conceitos de igualdade e diferença em suas bases sociais e implicações nos diversos espaços sociais, como possibilidade para a inclusão social. A reprodução social da identidade e da diferença nos espaços escolares. Os grupos minoritários: PCD, negros, indígenas e pobres. A compreensão dos processos de inclusão educacional da pessoa com deficiência. Adequações curriculares, na escola regular para atender à inclusão de EPAEE, conceitos, metodologias e didática escolar, apoios diferenciados. Discussão sobre materiais e jogos para diferentes ambientes de aprendizagem (Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado em turno contrário; Escola Especial) para a educação básica. Acessibilidade. Tecnologias Assistivas. Desenho Universal de Aprendizagem – DUA.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. 2018. Disponível em: https://aaid.org/. Acesso em: 08 maio 2018.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014b. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.</p> <p>BRASIL. Lei 13146/15. Lei brasileira de inclusão. Estatuto da Pessoa com deficiência. Brasília. 2015.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000b. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000a. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos políticos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. Secretaria de Educação Especial, 2010.</p>		



BRASIL. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012b. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 2015c. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M. J. C. Inclusão Escolar na Educação Infantil: Pesquisa e Prática sobre formação em serviço de professores. In: CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M. J. C.; CARAMORI, P. M. (org.). **Educação Especial e Inclusiva: Mudanças para a Escola e Sociedade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 9-26.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FERRE, Núria Perez de Lara. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. (org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Educação e Inclusão: Entendimento, proposições e práticas**. Blumenau: Edifurb, 2020.

OMOTE, S. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n.1, p. 33-47, 2005.

OMOTE, S. Alguns Resultados de Estudos de Estereótipos A Respeito de Pessoas Deficientes. **Vivência**, São José (SC), v. 4, p. 2-6, 1989.

OMOTE, S.; PEREIRA JÚNIOR A. A. Atitudes sociais de professoras de um município de médio porte do Paraná em relação à inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 6, n. 1, p. 7-15, 2011.

OMOTE. Normalização, integração, inclusão... **Ponto de Vista**. v. 1, n. 1, p. 4-13, jul./ dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042/1524>. Acesso em: 12 fev. 2017.



PIERUCCI, A. F. **As ciladas da diferença**. São Paulo: 34, 1999.

RODRIGUES, Marlene. **Formação docente para inclusão de estudantes público alvo da educação especial em curso de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

SASSAKI, R. K Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista nacional de Reabilitação*, São Paulo, v. 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SILVA, T. T. da. A produção social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SKLIAR, C. *Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 7-32.

SONZA, Andrea Poletto *et al.* (org.). *Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais*. Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wtpwN4govndQFhGOYwtHnCVZ3bCegrJ0/view>. Acesso em: 11 abr. 2021.

VEIGA-NETO, A. *Cultura e currículo. Contrapontos: Revista de Educação*. Universidade do vale do Itajaí. Santa Catarina: Programa de Pós-Graduação, 2002.

VEIGA-NETO, A. *Currículo e interdisciplinaridade*. In: MOREIRA, A. F. (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papius, 1997. p. 59-102.

BILBIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Bianca de Macedo. *Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia*. **Pedagogia em ação**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 155-165, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23705>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. *Alguns resultados de estudos de estereótipos a respeito de pessoas deficientes*. **Vivência**, São José (SC), v. 4, p. 2-6, 1989.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014b. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000b. Dá prioridade de atendimento às pessoas que



específica, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000a. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012b. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 2015c. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

CURY, Carlos Roberto Jamil *et al.* **O aluno com deficiência e a pandemia.** São Paulo: Instituto Fabris Ferreira. 2020. Disponível em: <https://www.issup.net/files/2020-07/O%20aluno%20com%20defici%C3%Aancia%20na%20pandemia%20-%20I.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PICCOLO, G. M; MENDES. E.G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação & Sociedade** (impresso) v. 34, p. 457-475, 2013.

REGO, Teresa Cristina *et al.* **Educação, escola e desigualdade.** [S.l: s.n.], 2011.

ASSINATURA DO DOCENTE

Docente: Dra. Marlene Rodrigues